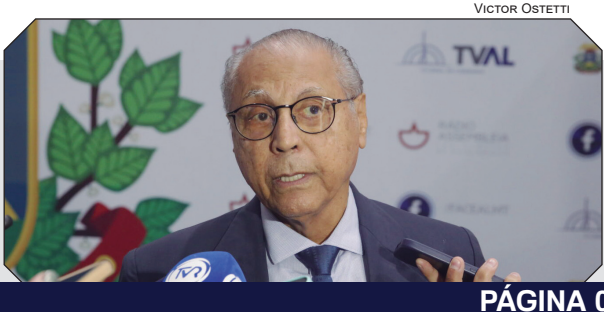


ENTREVISTA DA SEMANA

JÚLIO CAMPOS- DEPUTADO ESTADUAL |

“VÃO TER QUE ME ENGOLIR”: JÚLIO CAMPOS CONFIRMA CANDIDATURA À ASSEMBLEIA EM MT APÓS RUMORES DE DESISTÊNCIA

PÁGINA 03



ARTIGO

Mato Grosso não pode normalizar o feminicídio

MAIS NA PÁGINA 2

MUDANDO O CENÁRIO |

Operação da PF aumenta pressão sobre Mauro Mendes e Fábio Garcia e pode provocar impacto na eleição de MT

Apuração sobre suposto desvio de recursos públicos ocorre em meio à formação das chapas e pode aumentar a pressão sobre o grupo governista.

A Operação Heritage, deflagrada pela Polícia Federal em 6 de agosto, colocou novamente a política de Mato Grosso no centro de uma investigação de grande repercussão nacional. A apuração envolve suspeitas relacionadas a um acordo firmado entre o Governo de Mato Grosso e a empresa Oi, com valores que chegam a aproximadamente R\$ 308 milhões, e tem entre os alvos o ex-governador Mauro Mendes e o deputado federal Fábio Garcia. A ação autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) cumpriu 25 mandados de busca e apreensão em quatro estados e incluiu medidas como bloqueio de bens e quebra de sigilos. Pág. 5

ELEIÇÃO 2026

Mauro Savi e Max Russi despontam como nomes fortes e podem brigar pelo título de campeões de votos em MT

Presidente da Assembleia aparece em pesquisas espontâneas entre os nomes mais lembrados, enquanto ex-deputado tenta recuperar espaço eleitoral na corrida por uma das 24 cadeiras.

A disputa pelas 24 cadeiras da Assembleia Legislativa de Mato Grosso deve ganhar intensidade à medida que as eleições de 2026 se aproximam. Entre os nomes que já aparecem no radar do eleitorado estão o presidente do Legislativo estadual, Max Russi, e o ex-deputado Mauro Savi, que busca retornar à Assembleia. Embora estejam em momentos diferentes de suas trajetórias políticas, os dois chegam à corrida proporcional com estruturas e históricos eleitorais distintos. Pág. 8



BATALHA DIGITAL

“Comitê da Maldade” começa a se instalar em Mato Grosso e acende alerta para guerra eleitoral

Pré-candidatos e grupos políticos relatam ataques nas redes sociais, mas ainda não há comprovação de uma estrutura organizada responsável pelas ações.

ELEIÇÃO 2026

Pagot, estrategista de Blairo Maggi, reforça campanha de Otaviano Pivetta e pode ampliar articulação política

Ex-diretor do DNIT e aliado histórico de Blairo Maggi passa a atuar na construção política do projeto eleitoral para 2026.

A pré-campanha de Otaviano Pivetta ao Governo de Mato Grosso ganhou um novo nome na articulação política. Luiz Antônio Pagot, ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e integrante de governos do ex-governador Blairo Maggi, passou a participar da construção do projeto eleitoral de Pivetta. Pág. 6

A eleição de 2026 começa a movimentar os bastidores de Mato Grosso, e a disputa pelo controle da narrativa já aparece como uma preocupação entre grupos políticos. Com pré-candidatos ao Governo e ao Senado intensificando articulações, cresce também o receio de que informações sobre adversários sejam levantadas e utilizadas como material de ataque nas redes sociais. Nesse ambiente, voltou a circular entre políticos a expressão “Comitê da Maldade”, usada para descrever supostas estruturas destinadas a monitorar adversários, levantar informações e produzir conteúdos para provocar desgaste eleitoral. Pág. 6

ARTIGO

Mato Grosso não pode normalizar o feminicídio

Estamos no Agosto Lilás, mês em que o Brasil inteiro se mobiliza pelo fim da violência contra a mulher. Em 2026, essa campanha ganha um peso ainda maior: a Lei Maria da Penha completa 20 anos. Duas décadas de uma lei que deveria ser sinônimo de proteção. Mas é justamente neste mês, quando fóruns e órgãos públicos se iluminam de lilás e o país celebra o avanço legal conquistado em 2006, que os números de Mato Grosso deveriam nos fazer parar e perguntar, para quem essa proteção está funcionando de verdade?

Os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 deveriam nos tirar o sono. Enquanto o total de homicídios de mulheres caiu em Mato Grosso, os feminicídios subiram 11%. Passamos de 47 para 54 casos em um ano. Hoje, mais da metade das mulheres assassinadas no estado morre por um único motivo...ser mulher. É o terceiro

maior índice do país, atrás só do Acre e de Rondônia.

Esse dado não é estatística distante. É vizinha... é colega de trabalho... é parente. É a mulher que registrou boletim de ocorrência e não foi protegida a tempo. É a que nunca chegou a denunciar porque tinha medo de ser julgada, ou porque não sabia a quem recorrer.

E infelizmente não precisamos ir longe para ver esse número virar rosto e nome. Neste domingo (09), Sirlei Gomes de Oliveira, de 42 anos, foi morta a tiros pelo próprio marido, Diogo Tavares, em uma fazenda na zona rural de Vila Bela da Santíssima Trindade. Segundo a Polícia Civil, o casal tinha um histórico de violência doméstica, mas Sirlei nunca havia denunciado as agressões. É exatamente o retrato que os dados descrevem - uma mulher que resistiu sozinha ao medo por anos, sem rede de proteção, até não ter mais



para onde correr.

O que mais me preocupa nesse levantamento não é só o número final, é o caminho que leva até

ele. Feminicídio quase nunca é um crime isolado. Vem depois de ameaça, de agressão, de perseguição, de medida protetiva descumprida. E foi exatamente isso

que os dados de 2025 mostraram, as tentativas de feminicídio cresceram quase 6% em Mato Grosso, chegando à segunda maior taxa do Brasil. A violência psicológica também disparou, com aumento de mais de 70%. São sinais de alerta que o poder público não pode ignorar, porque cada um desses casos é uma chance de intervir antes que termine em morte.

Na Assembleia Legislativa, defendi pautas de proteção à mulher e à criança porque acredito que política não se faz só com discurso. Faz-se com fiscalização de medida protetiva, com rede de acolhimento que funcione de verdade, com delegacia especializada que tenha estrutura, com Justiça que não deixe processo parado na gaveta enquanto o agressor continua rondando a vítima. É por isso que, se eleita senadora, uma das minhas bandeiras será a prisão perpétua para estupradores e pedófilos reincidentes. Mas sei que só a lei penal não resolve. Precisamos de

prevenção, de educação, de investimento em segurança pública dentro dos municípios, principalmente no interior, onde muitas vezes a mulher em situação de risco não tem nem para onde correr.

Mato Grosso não pode se acostumar a aparecer nesses rankings. Cada número desse anuário representa uma vida que poderia ter sido salva com política pública séria e continuada. Esse é o compromisso que carrego: de não deixar essa pauta esfriar depois que a notícia sai do noticiário, e depois que agosto termina. A segurança da mulher mato-grossense precisa estar na prioridade orçamentária, os 365 dias do ano, não só no discurso de campanha ou no mês da campanha lilás.

JANAINA RIVA É BACHAREL EM DIREITO, DEPUTADA ESTADUAL MAIS VOTADA DE MATO GROSSO, PRESIDENTE DO MDB-MT E PRÉ-CANDIDATA A SENADORA.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE

Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26

ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO DE ACESSOS

CENTRO OESTE

Popular

26 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é

buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

NEXO

MT

A INFORMAÇÃO QUE CONECTA MATO GROSSO.

NOTÍCIAS

POLÍTICA

POLÍCIA

CIDADES

ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre bem informado.

ACESSE AGORA

nexomt.com.br

JÚLIO CAMPOS- DEPUTADO ESTADUAL

LUCAS LEITE

“Vão ter que me engolir”: Júlio Campos confirma candidatura à Assembleia em MT após rumores de desistência



COPopular- Nas últimas semanas, circulam nos bastidores da política de Mato Grosso informações de que o senhor não disputaria novamente uma vaga de deputado estadual. O que há de verdade nessa informação e qual é a sua posição sobre a candidatura?

Júlio Campos- Realmente, nos últimos dias, os meus próprios companheiros queriam ficar livres de mim aqui na Assembleia, mas vão ter que me engolir. Vou continuar disputando. Já estou registrado, meus documentos já foram apresentados, completos, junto ao Tribunal Regional Eleitoral. E acredito, pelo mandato sério que eu fiz, pelo trabalho que construí nesses quatro anos aqui como deputado estadual, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, como vice-presidente da CAE, que tenho condição de ir novamente ao encontro do eleitorado do Mato Grosso e oferecer meu nome à apreciação dele no próximo dia 4 de outubro.

COPopular- O senhor afirmou que, apesar de a chapa ter apenas 10 candidatos, existe potencial para eleger dois ou até três deputados estaduais. O que leva o senhor a acreditar nessa possibilidade e quais seriam, na sua avaliação, os principais nomes com condições de conquistar essas vagas?

Júlio Campos- É uma chapa difícil, não resta dúvida. Temos apenas 10 candidatos, mas eu acredito que, com muito trabalho e muito entusiasmo, a gente tem condição de fazer dois ou três deputados estaduais, ainda com esses quadros um pouco resumidos. Temos, porém, um potencial de voto muito grande. Conseguiríamos fazer 180 mil votos na chapa. É possível. O deputado Dilmar Dal Bosco tem um potencial acima dos 55 mil votos. O deputado Júnior Campos tem um potencial acima dos 40 mil. O deputado Sebastião também tem um potencial. São os quatro principais candidatos, que já passam de 150 mil a 165 mil votos.

O potencial dos demais candidatos, até o momento,

até a eleição, é de mais de 12 mil votos.

COPopular- Deputado, o União Brasil participou das discussões que levaram à escolha de Gisela Simona para compor a chapa de Otaviano Pivetta? O senhor participou dessas conversas e como avalia essa definição?

Júlio Campos- Sim. O deputado Nilson Leitão, que é o presidente do Progressistas, fez uma reunião por videoconferência com todos os nossos parlamentares, com todos os nossos líderes, consultando essa possibilidade. Em um momento em que me viabilizou politicamente, o que é lamentável, porque eu quero reafirmar a minha amizade pessoal e a minha admiração pelo deputado Fábio Garcia.

Mas, como chegou a uma situação difícil, com o caso do Oi, com os Campos, com a questão do ministro, tornou-se inevitável a sua substituição. E o Nilson Leitão fez uma videoconferência com todos os coligados de manhã, consultando qual o melhor nome que o União Brasil poderia sugerir.

E, realmente, praticamente houve um consenso de que o melhor nome para compor a chapa do Republicanos, indicado pelo União Brasil, era o da deputada Gisela Simona, porque, além de ser mulher, é uma deputada atuante, é advogada, é servidora pública de carreira, é cuiabana, é várzea-grandense. Então, está em todas as condições de fazer um bom desempenho e exercer a função, sendo eleita, de uma boa vice-governadora.

COPopular- Júlio, já é possível avaliar o impacto político dessa mudança na composição da chapa, com a entrada de Gisela Simona e a saída de Fábio Garcia? Como o senhor avalia a força desse novo arranjo, considerando a presença de Pedro Taques, Mauro Mendes e Fábio Garcia no cenário eleitoral?

Júlio Campos- Ainda não dá, está muito recente. Os acontecimentos ainda estão se desenrolando. Você sabe que decisão judicial a gente tem que acatar e recorrer contra ela.

Então, o que ocorre? No momento em que o ministro Flávio Dino tomou aquela de-

cisão de não só fazer a quebra do sigilo bancário, mas também o bloqueio de bens e a proibição de conversa entre os possíveis envolvidos, porque isso está sendo analisado profundamente pelo Ministério Público Federal, a gente tem que entender que toda decisão tem um impacto muito grande.

Não vamos fingir que isso vai ser normal, porque não vai. Vai ser uma eleição bastante difícil de explicar o que aconteceu. E, se esse fato ainda ocorrer, essa explicação, essa decisão de Brasília, puder sair a cur-

“**Parlamentar diz acreditar na eleição de até três deputados pela chapa e comenta mudanças na disputa pelo Governo de Mato Grosso**”

to prazo, causa um estrago muito grande em qualquer candidatura. Qualquer projeto político que sofrer um

O deputado estadual Júlio Campos falou sobre os principais movimentos da política de Mato Grosso para as eleições deste ano. Em meio às especulações sobre uma possível desistência da disputa por uma nova vaga na Assembleia Legislativa, o parlamentar confirmou que pretende concorrer novamente e afirmou que já apresentou a documentação necessária à Justiça Eleitoral.

Na entrevista, Júlio Campos também avaliou a composição da chapa, projetou a eleição de dois ou três deputados estaduais e comentou a escolha de Gisela Simona para integrar a chapa de Otaviano Pivetta. O deputado ainda falou sobre os possíveis impactos políticos das recentes decisões judiciais envolvendo integrantes do cenário eleitoral e sobre a possibilidade de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa.

Ao comentar sua permanência na disputa, o parlamentar afirmou que pretende apresentar novamente seu nome ao eleitorado e destacou a atuação que teve durante o atual mandato. Sobre a chapa, reconheceu que a composição é reduzida, com apenas 10 candidatos, mas disse acreditar que há potencial para eleger até três deputados estaduais.

Júlio também explicou como, segundo ele, ocorreu a discussão dentro do grupo político para a indicação de Gisela Simona e avaliou que a deputada reúne características que podem contribuir para a composição da chapa.

Outro tema abordado foi o impacto das recentes decisões judiciais no cenário político. O deputado afirmou que ainda é cedo para medir as consequências, mas avaliou que uma investigação dessa dimensão pode provocar efeitos significativos sobre candidaturas e projetos políticos.

Ao falar sobre uma possível CPI na Assembleia, Júlio Campos considerou que a investigação parlamentar pode ser mais um instrumento de apuração, mas ressaltou que o caso já vem sendo acompanhado por órgãos como a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Ele afirmou ainda que, caso a comissão seja instalada e seja convocado, pretende participar das investigações.

abalado desse tem consequências lamentáveis.

COPopular- Deputado, diante das investigações já realizadas pela Polícia Federal e das medidas determinadas pela Justiça, o senhor acredita que uma eventual CPI na Assembleia ainda teria relevância para esclarecer o caso? E, se a comissão for instalada, o senhor está disposto a participar das investigações?

Júlio Campos- Olha, segundo a informação do deputado Wilson Santos, que eu li para toda a gente, esse fato surgiu na Assembleia há mais de um ano, quando a deputada Janaina Riva ocupou a tribuna, fazendo essa denúncia. Ela fez a denúncia, comunicou ao Tribunal e, parece que, posteriormente, o caso foi arquivado.

Depois, posteriormente, o ex-governador, senador

Pedro Taques, aprofundando esse assunto, encontrou um elo de ligação muito grande e terminou dando esse perigo ao caso.

E agora, a Assembleia, que já estava colhendo assinaturas há algum tempo, parece que poderá apresentar, a qualquer momento, essa CPI. Até ontem, já tinha sete assinaturas confirmadas. Hoje, pode morrer.

Mas eu acho que, a essa altura do campeonato, a CPI é mais um instrumento. Isso já está mais do que investigado. Quando a Polícia Federal bate à sua porta, é porque já está com muito conteúdo, muito estudo, muita quebra de sigilo e descobriu muita coisa.

Então, sem essa CPI, nesta altura, com a investigação quase em excesso, teria necessidade de funcionar no prazo?

Mas é um assunto que, se for aprovado, eu estarei, com certeza, se convocado, participando ativamente.



OPERAÇÃO DA PF

LUCAS LEITE

“Quem meteu a mão no dinheiro público precisa responder”, diz Jayme Campos sobre R\$ 308 mi

Senador afirma que investigação sobre suposto desvio de recursos públicos precisa ser rigorosa e diz que dinheiro poderia financiar cerca de 4 mil UTIs

O senador Jayme Campos (União Brasil) subiu à tribuna do Senado para fazer um balanço do momento político de Mato Grosso e comentar a investigação que colocou o Estado novamente no centro do noticiário nacional. O parlamentar afirmou que considera “muito triste” ver Mato Grosso associado às páginas policiais e defendeu uma apuração rigorosa sobre o suposto esquema envolvendo recursos públicos que pode alcançar R\$ 308 milhões.

Ao abordar a operação da Polícia Federal, Jayme destacou a dimensão financeira do caso e buscou traduzir o valor para áreas consideradas essenciais pela população. Segundo ele, os R\$ 308 milhões investigados seriam suficientes para financiar a implantação de cerca de 4 mil Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). O senador também citou a possibilidade de utilização dos recursos em moradias populares, creches e escolas.

“Estamos falando de R\$ 308 milhões”, afirmou. Para Jayme, mais importante do que o impacto financeiro é dimensionar o que uma quantia dessa magnitude poderia representar para a população. Ele questionou quantas pessoas poderiam ser atendidas na rede pública de saúde e quantos municípios poderiam ampliar suas estruturas caso recursos dessa ordem fossem destinados a serviços públicos.

Apesar das críticas, o senador fez questão de ressaltar que a investigação precisa seguir os procedimentos legais e que os envolvidos devem ter



assegurado o direito de defesa. Jayme afirmou que cabe às autoridades esclarecer os fatos e responsabilizar quem eventualmente tenha cometido irregularidades.

A defesa de uma investigação rigorosa foi acompanhada de uma cobrança por responsabilização caso as suspeitas sejam confirmadas. “A lei deve valer para todos”, declarou. Na avaliação do senador, não pode haver espaço para impunidade quando o assunto envolve dinheiro público, independentemente de quem esteja sendo investigado.

O pronunciamento também teve um componente político. Jayme aproveitou a fala para abordar diretamente a disputa interna que travou no União Brasil e que terminou com a rejeição de seu nome para concorrer ao Governo de Mato Grosso nas eleições de 2026.

O senador lembrou que, no dia 30 de julho, participou da convenção do partido

e colocou seu nome à disposição para disputar o Palácio Paiaguás. A candidatura, no entanto, não recebeu votos suficientes entre os convencionais para avançar.

Jayme afirmou que respeitou a decisão da legenda e se apresentou como um político acostumado a disputas e mudanças no cenário eleitoral. Ele destacou sua trajetória partidária, que começou no antigo PDS, passou pelo PFL e pelo Democratas até chegar ao União Brasil.

Segundo o senador, sua permanência na política não estaria condicionada à conquista de novos cargos. Ele afirmou que continuará exercendo o mandato no Senado até 31 de janeiro de 2027, independentemente do resultado da disputa interna que encerrou sua tentativa de concorrer ao Governo do Estado.

“Minha relação com Mato Grosso dependeu da eleição, de convenção partidária ou de cargo”, afirmou durante o

discurso.

A declaração ocorre em meio à reorganização das forças políticas de Mato Grosso para a eleição de 2026. Depois de ter o nome rejeitado dentro do União Brasil, Jayme passou a se aproximar de outro grupo político que trabalha na construção de uma candidatura ao Governo do Estado.

Sem citar diretamente adversários ou detalhar os próximos passos eleitorais, o senador preferiu apresentar sua fala como uma defesa de um projeto de Estado que, segundo ele, deve superar as disputas por cargos e nomes.

Na segunda parte do discurso, Jayme deslocou o foco da investigação e da disputa eleitoral para uma discussão mais ampla sobre o futuro de Mato Grosso. O senador afirmou que o Estado precisa pensar além das eleições e construir um planejamento de longo prazo.

Para ele, o crescimento econômico, embora importante, não

seria suficiente para garantir desenvolvimento social. Jayme defendeu uma administração pública voltada para as pessoas, com maior atenção aos municípios e aos serviços oferecidos à população.

O parlamentar também cobrou uma gestão baseada em planejamento, integridade e eficiência. A crítica, neste ponto, foi associada novamente ao episódio investigado pela Polícia Federal. Para Jayme, casos envolvendo suspeitas de desvios de recursos públicos prejudicam a imagem do Estado e desviam o foco de suas potencialidades econômicas.

O senador afirmou que gostaria de ver Mato Grosso em destaque por sua produção, capacidade de inovação e geração de oportunidades, e não por investigações e escândalos.

“Esse é o Mato Grosso que eu quero ver nas manchetes”, afirmou, ao defender uma mudança na forma como o Estado aparece no noticiário nacional.

A frase se tornou um dos principais trechos do pronunciamento. Jayme afirmou que o Estado não deveria ser lembrado por escândalos, mas por sua capacidade produtiva e pela qualidade dos serviços públicos.

“Não é o Mato Grosso das páginas policiais. Não é o Mato Grosso dos escândalos”, disse. Na sequência, defendeu um Estado marcado por produção, inovação, oportunidades e, principalmente, por uma política que tenha como foco o interesse público.

A declaração ocorre justamente em um

momento em que uma investigação envolvendo supostas irregularidades com recursos públicos voltou a colocar Mato Grosso no centro das atenções nacionais. O senador, porém, evitou antecipar conclusões sobre o caso e reforçou que a apuração deve determinar se houve crime e quem eventualmente seria responsável.

Jayme também relacionou a discussão à necessidade de preservar o dinheiro público. Segundo ele, os recursos arrecadados pelo Estado devem chegar ao cidadão por meio de serviços e políticas públicas.

Para o senador, essa é uma questão que ultrapassa partidos e governos. Ele defendeu que o compromisso com o interesse público permaneça mesmo depois do encerramento de mandatos e ciclos eleitorais.

Ao final do pronunciamento, Jayme voltou a destacar que pretende cumprir integralmente o mandato de senador. A declaração ocorre após a derrota na convenção do União Brasil, que retirou de seu caminho, ao menos neste momento, a possibilidade de disputar o Governo de Mato Grosso pela legenda.

O senador afirmou que cargos são temporários e que as eleições passam, mas que a responsabilidade com o Estado deve permanecer.

“Cargos passam, mandatos terminam, eleições chegam e vão embora. Mas algo que precisa permanecer é o compromisso com o nosso Estado”, declarou.

Com a fala, Jayme procurou encerrar o episódio da disputa interna do partido reafirmando sua atuação política e, ao mesmo tempo, posicionando-se diante da investigação que envolve cifras milionárias e atingiu integrantes do cenário político de Mato Grosso.

O parlamentar encerrou o discurso dizendo que pretende continuar atuando até o último dia de seu mandato em defesa de pautas que considera importantes para Mato Grosso e para o país. A fala também reforçou uma das principais mensagens do pronunciamento: o Estado, na visão de Jayme, precisa ser associado ao desenvolvimento e à qualidade de vida da população, e não a suspeitas de corrupção e desvios de dinheiro público.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL

EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

JORNAL
CENTRO OESTE POPULAR

A INFORMAÇÃO QUE CHEGA ONDE VOCÊ ESTÁ!

CENTRO OESTE
Popular

MUDANDO O CENÁRIO

RENATO ASSUNÇÃO

Operação da PF aumenta pressão sobre Mauro Mendes e Fábio Garcia e pode provocar impacto na eleição de MT

Apuração sobre suposto desvio de recursos públicos ocorre em meio à formação das chapas e pode aumentar a pressão sobre o grupo governista

A Operação Heritage, deflagrada pela Polícia Federal em 6 de agosto, colocou novamente a política de Mato Grosso no centro de uma investigação de grande repercussão nacional. A apuração envolve suspeitas relacionadas a um acordo firmado entre o Governo de Mato Grosso e a empresa Oi, com valores que chegam a aproximadamente R\$ 308 milhões, e tem entre os alvos o ex-governador Mauro Mendes e o deputado federal Fábio Garcia. A ação autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) cumpriu 25 mandados de busca e apreensão em quatro estados e incluiu medidas como bloqueio de bens e quebra de sigilos.

A investigação apura suspeitas de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, uso indevido de informação privilegiada e delitos contra o Sistema Financeiro Nacional. Até o momento, porém, trata-se de uma investigação em andamento e não de uma condenação. Os nomes atingidos pelas medidas têm direito à defesa e à presunção de inocência, e eventual responsabilização dependerá da apuração dos fatos e das decisões tomadas no decorrer do processo.

O impacto do caso, no entanto, ultrapassa o campo jurídico. A operação ocorre justamente durante a formação das chapas para as eleições de 2026 e atinge diretamente um grupo político que possui participação importante na disputa pelo Governo de Mato Grosso e pelo Senado. Mauro Mendes deixou o comando do Estado para disputar uma vaga ao Senado, enquanto Fábio Garcia ocupa posição estratégica na composição política ligada ao governador Otaviano Pivetta.

A investigação, portanto, abre uma nova frente de tensão em um cenário eleitoral que já vinha sendo marcado por disputas internas, mudanças de alianças e definição de candidaturas. O caso pode ser explorado pelos adversários durante a campanha e colocar temas como transparência, gestão pública e uso de recursos do Estado no centro do debate.

PRESSÃO CHEGA AO GRUPO POLÍTICO

A dimensão da ope-



ração também aumenta a pressão sobre a base política de Mauro Mendes. O ex-governador é uma das principais lideranças do grupo que se mantém no comando do Estado e vinha participando diretamente das articulações para 2026.

Fábio Garcia, por sua vez, está inserido na estrutura política que sustenta a candidatura de Otaviano Pivetta ao Governo. Qualquer desdobramento da investigação envolvendo o deputado pode, portanto, produzir efeitos não apenas sobre sua própria candidatura, mas também sobre a estratégia eleitoral do grupo.

O governador Otaviano Pivetta já declarou confiar na inocência de Mauro Mendes e Fábio Garcia e afirmou que ambos terão oportunidade de apresentar suas defesas. A manifestação sinaliza que o caso também passou a ser tratado dentro da própria base governista, em um momento em que os partidos tentam consolidar alianças para a disputa.

A operação também pode aumentar a cobrança por explicações sobre o acordo investigado. A depender dos próximos passos da PF e do STF, documentos, depoimentos e novas medidas poderão alimentar o debate eleitoral durante os próximos meses.

INVESTIGAÇÃO NÃO

SIGNIFICA CONDENAÇÃO

Apesar da repercussão política, a situação jurídica dos investigados precisa ser tratada com cautela. Uma pessoa ser alvo de busca e apreensão ou aparecer em uma investigação não significa que tenha sido considerada culpada.

O processo de investigação ainda precisa reunir elementos capazes de confirmar ou afastar as suspeitas levantadas. Da mesma forma, eventuais acusações formais, caso ocorram, ainda estarão sujeitas ao contraditório e à ampla defesa.

O mesmo vale para as discussões sobre imunidade parlamentar. O fato de Fábio Garcia ser deputado federal não impede automaticamente uma investigação. A Constituição estabelece garantias específicas aos parlamentares relacionadas ao exercício do mandato, mas essas prerrogativas não representam uma proteção absoluta contra investigações ou eventual responsabilização criminal.

Qualquer consequência jurídica dependerá do avanço da apuração, das decisões judiciais e, em caso de condenação, do cumprimento das regras previstas na legislação.

ANTIGOS ALIADOS VOLTAM AO DEBATE

Paralelamente à investigação, o ambiente



político de Mato Grosso também passou a registrar novos confrontos entre grupos que já estiveram próximos em diferentes momentos.

Pedro Taques, ex-governador do Estado, voltou a ocupar espaço no debate político em meio às críticas direcionadas ao grupo de Mauro Mendes. Declarações e acusações atribuídas ao ex-governador passaram a circular entre adversários e ganharam espaço em um momento de intensa movimentação eleitoral.

A trajetória de Taques no comando do Estado entre 2015 e 2018 e sua relação com diferentes grupos políticos fazem com que qualquer manifestação sua tenha potencial de repercussão no cenário de 2026. Ainda assim, declarações políticas e denúncias precisam ser diferenciadas de fatos comprovados judicialmente.

Outro personagem que voltou ao centro das articulações é o senador Jayme Campos. Com uma longa trajetória na política mato-grossense, ele mantém uma relação histórica com diferentes grupos e também já ocupou o cargo de governador.

A relação entre Jayme e o grupo de Mauro Mendes passou por diferentes momentos. Em 2018, Fábio Garcia foi escolhido primeiro suplente de Jayme na disputa pelo Senado, quando os

dois grupos mantinham uma proximidade política.

O cenário atual, entretanto, é diferente. A disputa eleitoral de 2026 colocou antigos aliados em posições distintas e tornou as alianças mais complexas.

“FOGO AMIGO” GANHA ESPAÇO

Em uma eleição marcada pela formação de blocos e pela disputa por espaços estratégicos, críticas vindas de antigos aliados podem ganhar peso. O chamado “fogo amigo” tem potencial para atingir grupos políticos justamente porque parte de pessoas que conhecem suas relações, alianças e disputas internas.

Para o grupo de Mauro Mendes e Fábio Garcia, o desafio será evitar que a Operação Heritage domine o debate eleitoral e obrigue seus integrantes a concentrar a campanha na apresentação de explicações sobre a investigação.

A resposta deverá ocorrer em duas frentes: no campo jurídico, com a apresentação das defesas e esclarecimentos solicitados pelas autoridades; e no campo político, com a tentativa de preservar a unidade do grupo e manter o foco nas propostas para 2026.

O cenário também pode ser afetado caso novos nomes sejam in-

cluídos na investigação ou caso surjam novos elementos sobre o acordo com a Oi. Da mesma forma, a ausência de novas medidas ou eventual esclarecimento das suspeitas poderá reduzir a pressão política sobre os investigados.

ELEIÇÃO DE 2026 PODE GANHAR NOVO CONTORNO

A Operação Heritage surge em um momento em que Mato Grosso ainda está definindo o desenho definitivo da eleição. As chapas para o Governo, Senado e Câmara dos Deputados passam por negociações e podem sofrer alterações até o período permitido pela legislação eleitoral.

Nesse ambiente, uma investigação envolvendo figuras centrais de um dos principais grupos políticos do Estado pode interferir nas estratégias dos partidos. Adversários podem utilizar o episódio para questionar a gestão anterior e pedir explicações sobre o uso de recursos públicos, enquanto os investigados deverão buscar demonstrar que não cometeram irregularidades.

O tamanho desse impacto dependerá, em grande medida, dos próximos passos da investigação.

Se novas informações forem divulgadas pela Polícia Federal ou pelo STF, a operação poderá permanecer no centro da campanha por meses. Caso as suspeitas não avancem ou sejam afastadas em relação a determinados investigados, o cenário tende a mudar.

Por enquanto, o que existe é uma investigação de grande repercussão, com medidas determinadas pelo STF e nomes relevantes da política mato-grossense entre os alvos. O caso, contudo, já produziu um efeito político concreto: aumentou a tensão dentro de um cenário eleitoral que ainda está em formação.

Em Mato Grosso, a eleição de 2026 começa a ser disputada não apenas por propostas e alianças, mas também pelo discurso sobre gestão pública, transparência e responsabilidade com o dinheiro do Estado. E a Operação Heritage colocou esses temas no centro da disputa antes mesmo do início oficial da campanha.

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS

CENTRO OESTE

Popular

ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

“Comitê da Maldade” começa a se instalar em Mato Grosso e acende alerta para guerra eleitoral

Pré-candidatos e grupos políticos relatam ataques nas redes sociais, mas ainda não há comprovação de uma estrutura organizada responsável pelas ações



A eleição de 2026 começa a movimentar os bastidores de Mato Grosso, e a disputa pelo controle da narrativa já aparece como uma preocupação entre grupos políticos. Com pré-candidatos ao Governo e ao Senado intensificando articulações, cresce também o receio de que informações sobre adversários sejam levantadas e utilizadas como material de ataque nas redes sociais.

Nesse ambiente, voltou a circular entre políticos a expressão “Comitê da Maldade”, usada para descrever supostas estruturas destinadas a monitorar adversários, levantar informações e produzir conteúdos para provocar desgaste eleitoral.

Até o momento, porém, não há comprovação pública da existência de uma organização formal com esse nome nem elementos que permitam

identificar responsáveis por eventuais ações. A expressão, portanto, não deve ser tratada como prova da existência de uma estrutura clandestina.

Aliados dos senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes afirmaram recentemente que os dois parlamentares seriam alvo de uma sequência de ataques nas redes sociais.

Segundo esses interlocutores, conteúdos semelhantes passaram a circular em diferentes plataformas com potencial para atingir a imagem política dos parlamentares.

Não foram apresentados publicamente, até agora, elementos que comprovem que os episódios fazem parte de uma ação coordenada.

A preocupação também já apareceu no grupo ligado ao governador Otaviano Pivetta e ao ex-go-

vernador Mauro Mendes. Em abril, o então secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, utilizou a expressão “Comitê da Maldade” ao comentar possíveis ataques contra integrantes do grupo governista.

Na ocasião, Carvalho defendeu uma campanha baseada no debate de propostas e criticou estratégias que, segundo ele, poderiam recorrer a ataques pessoais e informações falsas.

O cenário ficou mais sensível após a Operação Heritage, deflagrada pela Polícia Federal e que colocou pessoas ligadas ao grupo de Mauro Mendes no centro de uma investigação.

Depois da operação, integrantes do grupo político do ex-governador questionaram as circunstâncias da apuração e chegaram a falar em per-

seguição política ou “armação”.

Essas declarações refletem a posição dos envolvidos e não representam conclusão das autoridades responsáveis pela investigação.

A operação apura suspeitas relacionadas a um acordo envolvendo o Governo de Mato Grosso e a empresa Oi. Os citados têm direito à defesa e à presunção de inocência enquanto as investigações seguem em andamento.

O episódio também mostra como uma investigação pode rapidamente entrar no campo da disputa eleitoral. O caso pode ser explorado por adversários para questionar antigos gestores, enquanto os investigados podem contestar eventual uso político da apuração.

Com a aproximação da campanha, documentos

públicos, processos judiciais, decisões administrativas, declarações antigas e episódios da trajetória de políticos podem ser recuperados e utilizados para atingir adversários.

O problema surge quando informações verdadeiras são retiradas de contexto ou acompanhadas de acusações que ainda não foram comprovadas.

A velocidade das redes aumenta esse risco. Em grupos de WhatsApp, páginas anônimas e perfis criados durante a disputa eleitoral, uma publicação pode alcançar milhares de pessoas antes que o alvo consiga apresentar sua versão.

A eleição de 2026 terá ainda um fator que ganhou força nas últimas disputas: o uso de inteligência artificial para produzir ou alterar conteúdos.

Áudios, imagens e vídeos podem ser manipulados para simular declarações ou situações que nunca ocorreram. Com isso, candidatos, partidos, Justiça Eleitoral e eleitores terão o desafio de verificar rapidamente a autenticidade do material que circula nas redes.

A legislação eleitoral estabelece regras para conteúdos digitais e para o uso de tecnologias capazes de interferir na percepção do eleitor. A Justiça Eleitoral também mantém mecanismos de enfrentamento à desinformação.

Para as campanhas, o

cenário exige não apenas produção e divulgação de propostas, mas também monitoramento das redes, checagem de informações e respostas rápidas a conteúdos falsos ou manipulados.

Otaviano Pivetta, Wellington Fagundes, Mauro Mendes, Jayme Campos e outros nomes de expressão estão envolvidos em articulações que ainda podem alterar alianças, candidaturas e composições.

A medida que a disputa pelo Governo e pelo Senado se intensificar, entrevistas, sabatinas e debates deverão ampliar o confronto público entre os grupos.

Nesse contexto, uma acusação feita durante a campanha não equivale automaticamente à comprovação de um crime. Da mesma forma, uma investigação não significa condenação, e um processo judicial não determina, por si só, culpa.

Por isso, documentos oficiais, decisões judiciais e manifestações das autoridades terão papel importante na verificação das informações que chegarem ao eleitor.

Em uma eleição marcada pela velocidade das redes e pelo avanço da inteligência artificial, conferir a origem e a autenticidade de uma denúncia antes de compartilhá-la pode ser decisivo para impedir que conteúdos falsos ou manipulados ganhem alcance.

Pagot, estrategista de Blairo Maggi, reforça campanha de Otaviano Pivetta e pode ampliar articulação política

Ex-diretor do DNIT e aliado histórico de Blairo Maggi passa a atuar na construção política do projeto eleitoral para 2026

A pré-campanha de Otaviano Pivetta ao Governo de Mato Grosso ganhou um novo nome na articulação política. Luiz Antônio Pagot, ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e integrante de governos do ex-governador Blairo Maggi, passou a participar da construção do projeto eleitoral de Pivetta.

A entrada de Pagot acrescenta à equipe um político com experiência em campanhas majoritárias e trânsito junto a diferentes setores de Mato Grosso. Entre as frentes de atuação previstas está a aproximação com lideranças políticas e representantes do setor produtivo.

Pagot teve participação importante nas administrações de Blairo Maggi, período em que ocupou cargos no governo estadual e, posteriormente,

chegou ao comando do DNIT, entre 2007 e 2011.

Também participou da campanha de reeleição de Maggi ao Governo de Mato Grosso, em 2006. Agora, quase 20 anos depois, volta a atuar nos bastidores de uma disputa pelo Palácio Paia-guás.

A presença de Pagot também aproxima o projeto de Pivetta de um grupo político ligado a Blairo Maggi. O ex-governador já manifestou publicamente apoio à pré-candidatura de Pivetta.

Em abril de 2025, Maggi publicou um vídeo ao lado de Pivetta e fez referência ao atual governador como seu “futuro governador de Mato Grosso”.

Com Pagot na articulação, o apoio de Maggi passa a ter também um nome ligado à operação política e à construção de alianças para a campanha.



Uma das tarefas de Pagot será ampliar o diálogo com entidades, empresários e lideranças ligadas ao setor produtivo.

O agronegócio deve estar entre os principais segmentos desse movimento, especialmente representantes das cadeias de produção de soja, milho e algodão.

A estratégia busca aproximar a pré-campanha de setores com forte presença econômica e política no estado e ampliar as conver-

sas sobre temas como infraestrutura, logística, produção e desenvolvimento regional.

A entrada de Pagot ocorre durante a montagem da estrutura que deverá conduzir a campanha de Pivetta em 2026.

Além dele, outros nomes já aparecem ligados à organização do projeto. Pascoal Santullo é apontado como responsável pela coordenação financeira, enquanto o ex-secretário de Fazenda Rogério Gallo deve atuar na

gestão da campanha. O ex-senador Cidinho Santos também é citado na articulação política.

A composição indica uma tentativa de dividir a estrutura eleitoral por áreas, reunindo nomes com experiência administrativa, política e de articulação.

Pagot construiu sua trajetória política principalmente durante os governos de Blairo Maggi. Além de atuar nas secretarias estaduais de Infraestrutura e Educação, comandou o

DNIT em Brasília.

A experiência em diferentes áreas da administração pública e a relação construída ao longo dos anos com lideranças políticas e representantes do setor produtivo são apontadas como os principais ativos que ele leva para o novo projeto.

A presença de Pagot, porém, não representa garantia de resultado eleitoral. A disputa pelo Governo de Mato Grosso ainda está em fase de formação, e partidos e grupos políticos seguem trabalhando na construção de alianças para 2026.

Com a entrada do ex-diretor do DNIT, Pivetta amplia a equipe responsável pela articulação de sua pré-campanha e incorpora ao projeto um nome com experiência em eleições majoritárias e conhecimento dos bastidores políticos de Mato Grosso.

FORTACELE A CHAPA

LUCAS LEITE

Diego Guimarães defende Gisela como vice de Pivetta e prevê apoio de prefeitos do PL

Deputado avalia que escolha de Gisela Simona fortalece a chapa governista, defende saída de Fábio Garcia e afirma que maioria dos prefeitos do PL deve declarar apoio a Pivetta na disputa pelo Governo de Mato Grosso

O deputado estadual Diego Guimarães avaliou o cenário político de Mato Grosso para as eleições de 2026 e defendeu as principais decisões tomadas pelo grupo do governador Otaviano Pivetta (Republicanos) nas últimas semanas. Em entrevista, o parlamentar classificou a escolha de Gisela Simona (União Brasil) para a vice-governadoria como positiva, destacou o perfil técnico e político da ex-deputada federal e afirmou que a composição pode ampliar a presença da chapa tanto na Baixada Cuiabana quanto no interior do Estado.

Para Diego, a escolha de Gisela reúne características que podem contribuir para a campanha. Segundo ele, além da experiência como advogada, servidora pública e deputada federal, ela possui uma trajetória ligada à defesa do consumidor e uma atuação política construída principalmente na região de Cuiabá e Várzea Grande. O deputado também ressaltou o que considera uma característica importante para uma campanha estadual: a capacidade de comunicação e de mobilização política.

“Ela só vem acrescentar, vem somar com a chapa, vem somar com o perfil do Otaviano”, afirmou o parlamentar. Na avaliação de Diego, o estilo mais comunicativo de Gisela pode complementar o perfil de Pivetta durante uma campanha que exigirá dos candidatos presença tanto na capital quanto nos municípios do interior.

A definição do nome para a vice, segundo o deputado, foi uma decisão pessoal de Pivetta, posteriormente aceita pelos integrantes do Republicanos. Diego afirmou que os deputados da legenda chegaram a conversar sobre o cenário, mas defendeu que a palavra final deveria caber ao candidato ao governo.

“Eu não tenho dúvida que essa escolha tem que partir do governador, ele é o candidato a governo”, declarou.

Outro ponto abordado por Diego Guimarães foi a retirada do deputado federal



Fábio Garcia da disputa pela vice de Pivetta. O parlamentar classificou a decisão como “altruista” e “inteligente”, argumentando que Garcia teria colocado o projeto político do grupo acima de seu interesse individual.

Fábio Garcia está entre os nomes citados no contexto da Operação Heritage, investigação da Polícia Federal que apura suspeitas envolvendo um acordo entre o Governo de Mato Grosso e a empresa Oi. O deputado ressaltou que Garcia ainda está na fase de inquérito e que, segundo sua avaliação, não responde atualmente a um processo criminal decorrente da investigação.

Diego também mencionou as restrições determinadas no caso pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, e afirmou que a decisão de Garcia de deixar a disputa pela vice permitiu preservar seu projeto político.

“Ele entendeu que melhor para Mato Grosso, para o projeto político do grupo do Otaviano Pivetta e também para o seu projeto político seria melhor fazer a substituição”, disse.

Com a saída de Garcia, Gisela passou a ocupar o espaço na composição da chapa. Para Diego, o movimento também reduz o risco de que a campanha fique concentrada nas conse-

quências políticas da operação.

A investigação da Polícia Federal também foi citada quando o deputado foi questionado sobre a possibilidade de o assunto chegar novamente à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Diego afirmou que qualquer investigação considerada legítima deve ser recebida pelas instituições e disse que eventuais requerimentos ou pedidos de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) deverão ser analisados pelos deputados. Ao mesmo tempo, demonstrou preocupação com o uso eleitoral das investigações.

“Temos que cuidar muito para que isso não perca o foco de uma investigação séria, uma investigação meramente eleitoral”, afirmou.

O deputado sustentou que eventuais fatos investigados devem ser analisados individualmente e que as pessoas envolvidas precisam responder dentro dos procedimentos legais. Também ressaltou que, até o momento, não existem condenações relacionadas aos episódios mencionados na entrevista.

Na avaliação dele, o resultado político das investigações dependerá da forma como o eleitorado irá interpretar os fatos e compará-los com a atuação do governo nos últimos anos.

Diego Guimarães também avaliou a saída de Mauro Carvalho do comando da Casa Civil e o afastamento do procurador-geral do Estado, Francisco Lopes, após os desdobramentos da Operação Heritage.

Para o deputado, as decisões demonstraram que os envolvidos colocaram o projeto político coletivo acima de seus interesses individuais. Segundo ele, a permanência dos nomes nos cargos poderia dificultar a comunicação e a organização da campanha.

“O meu projeto pessoal é menor do que o projeto do Estado”, resumiu Diego ao explicar a postura que atribui aos integrantes do grupo.

O parlamentar também citou as restrições impostas a algumas pessoas envolvidas no caso como fator que poderia comprometer a organização da campanha eleitoral. Na visão dele, o afastamento dos cargos permite que os envolvidos concentrem esforços na própria defesa, sem comprometer diretamente a estrutura política montada para 2026.

A disputa pelo apoio do Partido Liberal (PL) também foi abordada durante a entrevista. A legenda decidiu manter candidatura própria ao governo de Mato Grosso, com Wellington Fagundes, mas, segundo Diego, a definição

oficial do partido não significa necessariamente que prefeitos e lideranças municipais seguirão a orientação da sigla.

O deputado afirmou que já identificou manifestações de prefeitos do PL favoráveis à candidatura de Pivetta e projetou que entre 70% e 80% dos prefeitos liberais poderão declarar apoio ao governador durante a eleição.

“Eu acredito que 70% ou 80% dos prefeitos do Partido Liberal irão declarar apoio”, afirmou.

Diego reconheceu que parte das lideranças poderá permanecer neutra ou seguir outro caminho, mas interpretou a ausência de apoio a Wellington Fagundes como um sinal de divergência em relação ao projeto apresentado pela direção estadual do PL.

A previsão, contudo, é uma avaliação política do deputado e ainda dependerá das articulações que serão realizadas ao longo da campanha.

No cenário nacional, Diego também afirmou que pretende apoiar Flávio Bolsonaro e indicou que o Republicanos em Mato Grosso deverá discutir internamente o posicionamento do partido.

“Sim, nós vamos aderir à campanha do Flávio. Pelo menos pessoalmente eu vou”, declarou.

Segundo ele, a posição ainda deverá ser

debatida com a direção partidária, mas existe uma tendência de adesão entre integrantes da legenda no Estado.

A declaração evidencia uma possível divisão entre os arranjos políticos nacional e estadual. Enquanto o Republicanos precisa definir sua estratégia em relação à disputa presidencial, lideranças locais trabalham para manter a composição de forças construída em torno de Pivetta.

Com a proximidade do período eleitoral, Diego avalia que os próximos movimentos serão decisivos para consolidar as alianças. A escolha de Gisela para a vice, a saída de Fábio Garcia da composição, os efeitos da Operação Heritage e a disputa pelo apoio de prefeitos do PL formam um cenário de forte movimentação nos bastidores.

O deputado também lembrou que a Assembleia Legislativa entra em uma etapa importante de discussão das leis orçamentárias, especialmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que definirão a previsão de receitas e despesas do Estado para 2027.

Ao mesmo tempo em que o Legislativo se prepara para discutir o orçamento, os partidos avançam na definição das alianças para a eleição.

Para Diego, a principal disputa será entre aqueles que pretendem dar continuidade ao atual projeto de governo e os grupos que buscam apresentar uma alternativa ao eleitorado. Nesse ambiente, ele acredita que a avaliação da gestão terá peso importante na decisão das urnas.

A eleição de 2026, portanto, começa a tomar forma a partir de uma combinação de decisões partidárias, movimentos individuais e disputas internas. A escolha de Gisela Simona para vice, a retirada de Fábio Garcia, a repercussão da Operação Heritage e a tentativa de aproximação com prefeitos do PL devem continuar entre os principais assuntos da política mato-grossense nos próximos meses.

SÃO MAIS DE
30.000 MIL EXEMPLARES
ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

JORNAL **Popular** CENTRO OESTE

ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILAS

Mauro Savi e Max Russi despontam como nomes fortes e podem brigar pelo título de campeões de votos em MT

Presidente da Assembleia aparece em pesquisas espontâneas entre os nomes mais lembrados, enquanto ex-deputado tenta recuperar espaço eleitoral na corrida por uma das 24 cadeiras



A disputa pelas 24 cadeiras da Assembleia Legislativa de Mato Grosso deve ganhar intensidade à medida que as eleições de 2026 se aproximam. Entre os nomes que já aparecem no radar do eleitorado estão o presidente do Legislativo estadual, Max Russi, e o ex-deputado Mauro Savi, que busca retornar à Assembleia. Embora estejam em momentos diferentes de suas trajetórias políticas, os dois chegam à corrida proporcional com estruturas e históricos eleitorais distintos.

Max Russi aparece atualmente entre os nomes mais citados nas pesquisas espontâneas para deputado estadual. Levantamento do Data Index divulgado em julho colocou o parlamentar na primeira posição, com 3,14% das intenções de voto, à frente de outros nomes conhecidos da política mato-grossense. Pesquisa do instituto MT Dados também registrou Russi entre os primeiros colocados, com 1,4%. Os números ainda mostram um eleitorado bastante indefinido, mas indicam que o nome do

deputado já está presente entre aqueles lembrados por parte dos entrevistados.

A trajetória eleitoral de Russi ajuda a dimensionar a expectativa em torno de sua candidatura. Em 2018, ele recebeu 35.042 votos na disputa por uma vaga na Assembleia. Quatro anos depois, ampliou de forma significativa sua votação e chegou a aproximadamente 70 mil votos, terminando a eleição de 2022 como o segundo deputado estadual mais votado de Mato Grosso.

Além do desempenho nas urnas, Russi chega a 2026 ocupando a presidência da Assembleia Legislativa. A função amplia sua exposição política e mantém o parlamentar em contato com prefeitos, vereadores, lideranças municipais e diferentes segmentos do Estado. Esse cenário contribui para a construção de uma base eleitoral distribuída por diferentes regiões de Mato Grosso.

Do outro lado da disputa está Mauro Savi, que tem uma longa passagem pela Assembleia Legisla-

tiva e agora trabalha para retornar ao Parlamento estadual. O ex-deputado já teve votações expressivas em eleições anteriores e construiu uma trajetória marcada pela articulação política.

Em 2010, por exemplo, Savi recebeu 47.663 votos na eleição para deputado estadual. O resultado demonstrou, naquele momento, sua capacidade de mobilização eleitoral e a força de sua base política.

O cenário atual, porém, ainda é diferente daquele vivido pelo ex-deputado em seus períodos de mandato. Na pesquisa espontânea do instituto MT Dados citada no levantamento, Savi aparece com 0,1% das intenções de voto. O percentual precisa ser observado dentro de um quadro de elevada indefinição: 69,1% dos entrevistados afirmaram ainda não saber em quem votar.

Esse alto índice de eleitores sem candidato definido significa que a fotografia atual da pesquisa não representa necessariamente o resultado que será observado nas urnas. Na eleição proporcio-

nal, nomes que ainda possuem baixa lembrança podem crescer durante a campanha, principalmente quando conseguem ampliar presença nas bases e consolidar alianças partidárias.

Outro elemento que deverá pesar na eleição para deputado estadual é a composição das chapas proporcionais. Diferentemente da disputa majoritária, em que o eleitor escolhe diretamente um candidato a governador ou senador, a eleição para a Assembleia envolve também a distribuição dos votos obtidos pelos partidos e federações.

Por isso, a formação das nominatas será uma das principais peças da estratégia eleitoral. Partidos que conseguem reunir candidatos com diferentes bases territoriais e eleitorais aumentam a capacidade de disputar cadeiras no Legislativo.

O Podemos, partido de Max Russi, trabalha para montar uma chapa competitiva para a Assembleia. Dentro dessa estratégia, o presidente da Casa aparece como um dos nomes de maior projeção, ao lado de outras candidaturas que também buscam espaço no Legislativo estadual.

A composição definitiva das chapas, entretanto, ainda pode alterar o equilíbrio da disputa. Candidatos que hoje aparecem próximos ou distantes nas pesquisas podem mudar de posição conforme as alianças forem consolidadas, os grupos políticos forem definidos e a campanha começar a mobilizar efetivamente os eleitores.

A disputa entre nomes já conhecidos e candidatos que tentam conquistar espaço deve ser uma das características da eleição de 2026. Max Russi chega ao processo com mandato em andamento, presidência

da Assembleia e duas eleições recentes com desempenho expressivo.

Mauro Savi, por outro lado, tenta transformar sua experiência política e a rede construída ao longo dos anos em uma nova candidatura competitiva. O retorno ao Legislativo representa uma tentativa de recuperar o espaço que ocupou em diferentes momentos de sua trajetória.

O desempenho de cada um, contudo, dependerá de uma série de fatores que ainda estão em formação. Além da lembrança individual, entram na conta a estrutura partidária, o alcance territorial, a capacidade de mobilização e a composição das chapas.

O elevado número de eleitores que ainda não escolheram um candidato é um dos principais sinais de que a corrida pelas 24 cadeiras está longe de estar definida.

Na pesquisa do MT Dados, os 69,1% de indecisos mostram que a maior parte do eleitorado ainda não transformou a eleição proporcional em uma escolha concreta. Isso abre espaço para mudanças significativas durante a campanha.

A eleição de deputado estadual costuma apresentar um número elevado de candidatos, o que também dificulta a consolidação antecipada de nomes. Muitos eleitores deixam para definir o voto nas semanas que antecedem a votação, enquanto outros escolhem candidatos por influência de lideranças locais, vínculos regionais ou identificação com determinadas pautas.

Nesse cenário, pesquisas de intenção espontânea servem como um retrato do momento, mas não permitem antecipar o resultado final. A própria diferença entre os desempenhos eleitorais anteriores e

os percentuais atuais mostra como o cenário pode se transformar.

Apesar de Max Russi aparecer em posição de destaque nas pesquisas mencionadas, a definição de quem terminará a eleição como o deputado estadual mais votado ainda está aberta. O desempenho nas urnas dependerá da evolução das campanhas, das alianças e da capacidade de cada candidato de transformar lembrança em voto.

O histórico recente coloca Russi em uma posição de visibilidade. A evolução de sua votação entre 2018 e 2022 demonstra crescimento expressivo, enquanto a presidência da Assembleia acrescenta uma dimensão institucional à sua atuação política.

Para Mauro Savi, o desafio é diferente. Depois de ter alcançado votação superior a 47 mil votos em 2010, ele precisa reconstruir sua presença eleitoral e convencer o eleitorado de que continua sendo uma opção competitiva para o Legislativo estadual.

A eleição de 2026, portanto, deverá colocar frente a frente diferentes trajetórias políticas e estratégias eleitorais. De um lado, parlamentares com mandato e nomes já consolidados; de outro, ex-deputados e novos candidatos tentando conquistar espaço.

Com grande parte do eleitorado ainda indecisa, a corrida pelas 24 cadeiras da Assembleia Legislativa permanece em aberto. A posição dos candidatos nas pesquisas poderá mudar conforme as chapas sejam oficializadas e a campanha avance. Até lá, Max Russi e Mauro Savi aparecem entre os nomes que estarão sob atenção na disputa proporcional, mas o resultado só será conhecido quando os votos forem contabilizados.

VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.

COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DAS PLANTAS

ELIMINE FOCOS DE ÁGUA PARADA E CUBRA PNEUS E GARRAFAS

LIMPE CALHAS, PISCINAS E QUINTAIS